



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria de Tributação e Fiscalização
Coordenadoria do Imposto sobre a Propriedade
Predial e Territorial Urbana

SICOP: 22192

PARCELAMENTO IPTU - REQUERIMENTO DECRETO 45.491/2018 - PARCELAMENTO ATÉ 84 VEZES

I- PETIÇÃO

O **proprietário** do imóvel abaixo descrito, ou, se for o caso, por intermédio de **seu representante legal**, vem requerer o Parcelamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo - TCL.

Parcelamento :

Número da guia: ____ / ____.

Número de parcelas: ____ (valor mínimo de R\$ 31,00 por parcela)

II- DADOS DO IMÓVEL (preenchimento obrigatório).

Inscrição: _____ Código do Logradouro (CL): _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

III- DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obrigatório).

Nome: _____

CPF/CNPJ: _____ E-mail: _____

Identidade e órgão expedidor: _____ Telefone (s): _____

IV- DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório).

Nome: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

V- DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso de procuração).

Nome: _____

CPF: _____ E-mail: _____

Identidade e órgão expedidor: _____ Telefone (s): _____

VI - DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME DO PEDIDO

(apresentar original e cópia ou cópia autenticada, salvo:

i. exceções sinalizadas; e

ii. cópia simples do documento com código de validação, cuja autenticidade possa ser conferida no sítio eletrônico do Órgão ou instituição que a emitiu)

a) Identidade e CPF do proprietário ou do representante legal se for o caso (pessoa jurídica, pai, tutor, curador ou procurador);

b) Contrato social ou estatuto /ata da assembleia atualizada (se for pessoa jurídica);

c) Carnê (ou segunda via) do IPTU;

d) Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica emitida na data/mês do pedido;

e) Procuração com firma reconhecida (se não for proprietário);

(Preenchimento do
Servidor)

**DOCUMENTO
JUNTADO?**

(S) (N) (NA)

(S) (N) (NA)

(S) (N) (NA)

(S) (N) (NA)

(S) (N) (NA)

f) Caso o nome do titular esteja desatualizado no IPTU deverá ser apresentado um dos seguintes documentos: 1) Certidão de Ônus Reais atualizada; 2) Escritura de Compra e Venda não registrada; 3) Formal de partilha de inventário ou separação/divórcio judicial não registrado; 4) Escritura de inventário ou separação/divórcio extra-judicial não registrado; 5) Escritura de instituição de direito de superfície; 6) Carta de arrematação de imóvel leilado em hasta pública.	(S) (N) (NA)	
g) Termo de Inventariante (no caso de espólio);		(S) (N) (NA)
i) Original do(s) comprovante(s) do(s) depósito(s) eventualmente efetuado(s) (se for o caso)		(S) (N) (NA)
● LEGENDA: (S) SIM ; (N) NÃO e (NA) NÃO APLICÁVEL		
VII - O parcelamento importa no reconhecimento irretratável da dívida e a consequente desistência de impugnação ou recurso na esfera administrativa, para efeitos do artigo 174, § único, inciso IV da Lei 5.172/1966. O atraso no pagamento de qualquer parcela acarretará o cancelamento do parcelamento, com o consequente recálculo do débito, incluindo os acréscimos moratórios, e prosseguimento da cobrança.		
VIII– Declaro estar ciente: 1) do teor deste requerimento e dos termos constantes nos quadros VI e VII ; 2) de que o parcelamento não implica homologação do lançamento e que autorizo o Município a cobrar qualquer diferença que eventualmente venha a ser posteriormente apurada; 3) da desistência do processo _____ e que renuncio ao direito de impugnar administrativa ou judicialmente o lançamento objeto deste pedido; 4) de que autorizo a conversão em receita do(s) depósito(s) no(s) valor(es) de R\$ _____ efetuado em _____ cujo comprovante original apresento em anexo; 5) de que entre a data da concessão do parcelamento e a do efetivo pagamento, sobre o valor de cada parcela incidirão os juros de 1% (um por cento) ao mês.		
Data: ____/____/____ Nome do Requerente ou Procurador Assinatura do Requerente ou Procurador	Recebido. Data: ____/____/____ Nome, matrícula e assinatura do servidor	